

A dependência revisitada: a inserção internacional comparada entre América Latina e China na década de 2000-2010²

RESUMO

O objetivo deste artigo é estudar como se apresenta a inserção da América Latina e da China no atual contexto internacional, considerando a categoria do conceito de dependência. O modelo de desenvolvimento implementado na década de 1990 provocou na América Latina um choque competitivo, decorrente das mudanças estruturais macroeconômicas. Nesse período, a China ampliou seu poder econômico por meio de uma estratégia de desenvolvimento centrada na modernização da indústria. No entanto, a trajetória macroeconômica e a forma de inserção internacional da China apresentam-se bem diferentes da América Latina. Nessa perspectiva e com base no conceito de dependência, será feita uma leitura do atual contexto internacional.

Palavras-chave

América Latina; China; Inserção Internacional; Dependência

ABSTRACT

The goal of this paper is to look at how the insertion of Latin America and China is reflected in the current international context, focusing on the perspective of dependency theory. The development model implemented during the 1990s in Latin America provoked a competitive shock, primarily the result of certain macroeconomic structural changes that took place. During this period, China expanded its economic power through a development strategy that focused on the modernization of its industry. However, the macroeconomic trajectory and the form of international integration experienced by China have been very different in Latin America. It is with this in mind and using the perspective of dependency theory that we look at the current international context.

Keywords

Latin America; China; International Insertion; Dependency

1. Possui graduação em Economia – Universidad de Buenos Aires – UBA (1996) e mestrado em Economia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA (2005). Foi bolsista Capes de mestrado. Doutora do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (2010). Atualmente, é professora adjunta da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas (Feac-Ufal).
2. Trabalho apresentado no Primer Seminario Internacional China y América Latina: Enfoques Multidisciplinarios sobre una relación compleja. Cepal: Santiago de Chile, 2015.

Introdução

O final da década de 1960, para os países centrais, pode ser considerado como um ponto de inflexão entre o ciclo virtuoso dos “anos dourados” e o novo regime de acumulação que foi conformando um período com características específicas que vigora até a atualidade. No começo da década de 1970, tanto os países centrais quanto os latino-americanos vivenciaram um período de estagnação, instabilidade, aumento do desemprego, desarticulação social e setorial, incremento da desigualdade e aprofundamento da exclusão social.

Segundo Carneiro (2002), desde o final dos anos 1970, os países desenvolvidos aplicaram políticas macroeconômicas direcionadas à obtenção da estabilidade, tanto da inflação como da dívida pública, renunciando ao caráter anticíclico das políticas keynesianas.

Na verdade, a crise econômica da década de 1970 foi acompanhada da crise ideológica das políticas de Estado intervencionista de corte keynesiano e das estratégias de desenvolvimento, ganhando espaço, no seu lugar, o ideário neoliberal, especialmente nas economias subdesenvolvidas. Nesse período, surgem análises críticas com relação aos problemas do desenvolvimento enfrentados pela América Latina, fundamentados no binômio centro-periferia, os quais tentam explicar por que a expansão de alguns países condiciona o desenvolvimento de outros. Dessa forma, surge o conceito de dependência que terá como principais pensadores Celso Furtado, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, Gunder Frank, entre outros.

A partir dos anos 1980, o capitalismo vivencia uma nova fase com diferente matiz histórico dominado pela emergência de um regime de acumulação predominantemente financeiro, com o triunfo das ideias neoliberais que darão sustentação ao Consenso de Washington. Observa-se que, nos últimos trinta anos, a economia mundial apresenta grandes mudanças que configurariam uma nova forma histórica da dependência, na qual os países em desenvolvimento (PED) apresentam maneiras específicas de se inserir no novo contexto. Entre as grandes mudanças acontecidas nesse contexto podemos observar a ascensão da China como ator relevante. Essa ascensão está relacionada ao rápido crescimento experimentado por esse país, tanto econômico como político, que reorganiza a divisão internacional do trabalho e muda o centro de gra-

vidade do desenvolvimento econômico, perfilando a China como possível *hegemon* do século XXI.

Nesse novo período de reorganização do centro mundial e da emergência de um regime de acumulação iminentemente financeiro, apresenta-se como característica um aumento no grau de internacionalização. Porém é importante salientar que existem transformações qualitativas relacionadas com a reorganização dos oligopólios mundiais. Essas transformações estão associadas à adoção de estratégias de desenvolvimento e industriais bastante diferentes daquelas utilizadas no período imediato do pós-guerra, que se refletiram em um intenso processo de deslocamento da atividade industrial para países periféricos. O entendimento dos elementos que caracterizam esse processo está nas transformações do cenário internacional pós-Segunda Guerra Mundial. Nessa fase do capitalismo caracterizada pelo aumento da liberalização e da desregulamentação, acirra-se a concorrência entre as grandes empresas, com uma crescente dispersão geográfica e especialização. No entanto, apesar de intenso, esse deslocamento geográfico não significou uma desconcentração do capital, mas, pelo contrário, transformou-se em um aumento do comando sobre os ativos.

O crescimento da China tem articulação com o crescimento recente da Ásia, da África e da América Latina. Para esta última região, a nova configuração impõe a necessidade de um novo olhar do processo de desenvolvimento, pois “velhos” problemas que caracterizam essas economias como subdesenvolvidas podem parecer ainda não superados. Isso nos impõe a análise de uma agenda de desenvolvimento para a região nesse novo contexto internacional. Especificamente, há uma forma de inserção que poderia ser definida como “assimétrica” – tese defendida neste artigo – entre as duas regiões às quais se relacionam as diferentes estratégias de desenvolvimento implementadas nas últimas décadas.

Assim, o objetivo deste artigo é estudar como se apresenta a inserção da América Latina e da China no contexto internacional atual, considerando a categoria do conceito de dependência.

Além desta introdução, a primeira seção abordará o marco teórico que versa sobre a construção teórica da dependência, tentando esboçar os novos moldes que ela teria nessa nova fase histórica do capitalismo. A segunda seção apresenta a nova fase vivenciada pelo capitalismo, detendo-se fundamentalmente no desempenho da China e da América Latina nas relações comerciais assimétricas como fonte e concretização da dependência. Por último, as considerações finais.

1. Marco teórico: a teoria da dependência na atualidade

Com base no insucesso dos modelos de desenvolvimento aplicados nos anos 1950 na América Latina, surge um conjunto de críticas sobre as teses de industrialização, que resulta em uma reformulação das teorias e na criação de novos olhares sobre o binômio desenvolvimento/subdesenvolvimento. Nessa reformulação encontram-se a abordagem da “teoria da dependência”, com contribuições de vários autores, entre eles Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos. Esses autores apresentam visões específicas, no entanto há um fio fulcral que se repete como característica do seu pensamento, o qual se relaciona com a análise da dinâmica do desenvolvimento capitalista na periferia.

Assim, podemos encontrar diversas categorias que foram agrupadas por autores que tentam criar uma taxonomia entre as linhas de pensamento divergentes sobre o conceito de dependência. Entretanto, sem querer esgotar o tema, podemos encontrar pontos convergentes dos dependentistas, tais como a caracterização do subdesenvolvimento e a originalidade da visão de dependência (ALMEIDA, 2009). Com relação ao subdesenvolvimento, os dependentistas sustentam que o mesmo está conectado ao desenvolvimento do capitalismo mundial, sendo ambos aspectos diferentes de um mesmo processo. Quer dizer, é inerente ao pensamento dependentista que o subdesenvolvimento não consiste em um estágio atrasado que antecede o capitalismo, mas é consequência direta e indissociável do desenvolvimento que ganha características específicas na periferia. Nesse sentido, Santos (1973) argumentava: *“el subdesarrollo es un producto de una situación mundial que se explica por la expansión del capitalismo en el mundo”*. Concordando com Santos, Frank (1980) afirma que, para entender a natureza do subdesenvolvimento, é necessário inseri-lo historicamente como um produto de políticas que estiveram sempre a serviço dos interesses das metrópoles imperialistas.

Para R. Marini (2000), a história do subdesenvolvimento da América Latina é a história do desenvolvimento do sistema mundial. Este autor foi quem mais aprofundou o tema da dependência dentro da corrente denominada neomarxista. Ele introduz o conceito de “superexploração”, que consiste no pagamento da força de trabalho por baixo de seu valor, e de “subimperialismo”, que descreve a etapa dependente em que se encontram os países latino-americanos. Para o autor, o subdesenvolvimento não pode ser explicado como uma história à parte da relação dos países desenvolvi-

dos, mas como um elemento integrado e inseparável do movimento dos países avançados, visando à internacionalização cada vez mais integrada e intensificada do modelo econômico. Para Marini, a criação da grande indústria moderna teria sido obstaculizada caso não houvesse contado com os países dependentes e não tivesse condições de se realizar sobre a base nacional. O autor defende que o desenvolvimento dos países industriais se deu com base na subsistência agropecuária oferecida pela América Latina.

A conclusão a que chega Marini (2000) pode ser resumida nos seguintes termos: por sua estrutura global e seu funcionamento, a América Latina não poderá se desenvolver da mesma forma como se desenvolveram as economias capitalistas consideradas avançadas. Esse raciocínio leva a afirmar que, mais que um capitalismo, o que temos é um capitalismo *sui generis*, que só ganha sentido se o consideramos em níveis nacional e internacional. Em suma, na visão de Marini o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são entendidos como processos indissociáveis para a evolução internacional do modo de produção capitalista.

Na perspectiva de Cardoso e Faletto (1970), para entender a natureza do subdesenvolvimento é necessário analisar a forma como se deu a vinculação das economias subdesenvolvidas ao mercado mundial e as condições em que se estabeleceram as relações entre os grupos internamente. Para os autores, a situação de subdesenvolvimento produziu-se historicamente quando a expansão do capitalismo comercial, seguida do industrial, vinculou ao mesmo mercado economias com diferentes sistemas produtivos. Os autores recorrem à sociologia para interpretar a gênese da dependência, argumentando que é preciso uma análise integrada das relações que se estabelecem entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Cabe salientar que, de forma pioneira, Celso Furtado ([1967] 1985) já havia argumentado que a raiz do subdesenvolvimento se origina na exploração capitalista a que algumas nações foram submetidas por outras no campo da circulação mundial desde a formação inicial. Para Furtado, o subdesenvolvimento não caracteriza uma fase do desenvolvimento capitalista como sustentara a teoria tradicional, mas uma situação histórica. É um processo resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas.

Em geral, os autores que trabalham dependência encontram o subdesenvolvimento como uma caracterização própria do processo de desenvolvimento mundial. Assim,

a dependência deriva de uma série de condicionantes resultantes do tipo de relação (exploração econômica) que se estabelece entre grupos e classes dos países subdesenvolvidos (dominados e explorados) e da estrutura interna que prevalece nesses países, configurando um desenvolvimento desigual combinado em níveis nacional e internacional. Dessa forma, os condicionantes influenciam a orientação dos investimentos, o controle da produção e as formas de acumulação do capital, como também a organização da estrutura política e social dos países subdesenvolvidos.

Podemos encontrar, nas análises dos diferentes autores, um ponto de convergência com relação à interpretação da dependência considerando a história das relações do sistema econômico mundial. A dependência é interpretada como parte da própria natureza da estrutura interna de classes dos países subdesenvolvidos. Santos (1973) defende que os países latino-americanos se formam como dependentes devido à expansão mundial do capitalismo. Para o autor, a dependência está fundada na divisão internacional do trabalho que permite o desenvolvimento industrial em alguns países e em outros estabelece limites. Segundo Santos (1973), classificar a dependência como condicionada pelas estruturas internas implica considerar o desenvolvimento como um fenômeno histórico mundial resultante da formação, expansão e consolidação do capitalismo mundial.

Em Marini (2000), a dependência é entendida como uma relação de subordinação e se engendra na nova divisão do trabalho, forjada pela reorganização da economia mundial no pós-guerra sob a liderança dos Estados Unidos. Para o autor, o capitalismo latino-americano reproduziu as leis gerais que regem o sistema em seu conjunto, mas com sua especificidade. A dependência tem uma dinâmica própria que se molda a partir dos limites e das possibilidades de ação dos agentes econômicos e das formas de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

Na visão do autor, a dependência constitui o mecanismo principal de subordinação dos países subdesenvolvidos aos centros de dominação do capital, condição necessária para assegurar a reprodução capitalista em escala internacional. A dependência se nutre das relações desiguais entre os países por meio das empresas multinacionais – detentoras da tecnologia de ponta –, as quais atuam de forma combinada para garantir a ampliação de espaços para realização de seus investimentos.

No pós-guerra, a nova liderança dos Estados Unidos colocou nas mãos das grandes empresas americanas uma quantia de recursos que demandava aplicações

lucrativas no exterior. Esse processo coincidiu com a necessidade da América Latina de atrair capitais e técnicas estrangeiras para fazer avançar a industrialização. A entrada de capital estrangeiro, cada vez mais associado às empresas locais, representava uma solução conveniente para ambas as partes: para o investidor estrangeiro o equipamento de segunda geração produzia similares aos que podiam ser obtidos em suas matrizes, com tecnologia moderna e com baixo custo da mão de obra. Para as economias subdesenvolvidas, abria-se a possibilidade de se obter mais-valia relativa de importância considerável. Para Marini ([1969] 2012), a associação de capital consolidou o processo de integração econômica da América Latina ao sistema mundial, contribuindo para a desnacionalização da burguesia emergente e para a prática abusiva de preços. Esse autor estava convencido de que a integração atuava no sentido de reforçar as amarras da dependência externa dos países da América Latina.

Frank (1980) afirma que essa situação decorre da integração secular da América Latina ao processo de expansão e desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Na visão do autor, não era uma situação imposta aos países latino-americanos desde fora e contra a sua vontade; pelo contrário, a dependência é uma condição interna da sociedade. Se a dependência fosse determinada externamente, a burguesia nacional teria condições objetivas para oferecer uma alternativa nacional e autônoma ao subdesenvolvimento. Porém, isso não existe porque a condição de dependência faz com que a própria burguesia seja dependente. Para Frank, os países subdesenvolvidos estiveram, ao longo dos diferentes estágios de desenvolvimento, a serviço das necessidades de acumulação dos países centrais (mercantilismo, capitalismo industrial e imperialismo). Na primeira fase, a periferia permitiu a acumulação de riqueza monetária na metrópole. A partir daí, o centro dinâmico passou do comércio para a indústria, acelerando a acumulação de capital, contribuindo com mão de obra barata e fornecimento agrícola que permitia a redução do valor do capital constante. Em linhas gerais, essas foram as principais ideias que guiaram as diferentes versões da teoria da dependência no século passado. Entretanto, o capitalismo experimenta mudanças importantes, como já foi salientado, sendo necessário analisar esse novo contexto histórico para, dessa forma, revisitar o conceito de dependência que ganha matizes específicos.

Após o triunfo das ideias neoliberais por meio dos modelos de ajuste estrutural na década de 1990 na América Latina, veio a se configurar uma nova fase da dependência – ideia defendida neste artigo – que se apoia em um momento histórico bem diferente dos “anos dourados”. A nova fase se distingue da anterior sobretudo por características que se aprofundam e se transformam no que se convencionou chamar de regime de acumulação predominantemente financeiro. A liberalização dos mercados, tanto comercial quanto financeira, e a mudança do papel do Estado deram sustentação a esse novo regime. Assim, o capitalismo apresenta, nessa nova fase, um intenso processo de financeirização da economia que aprofunda a lógica especulativa sobre a produtiva.

Nesse novo regime, os investidores tomam outra lógica, no sentido de que não são mais movidos pela capacidade de produzir rendimentos e sim em função de ganhos de capital que podem gerar com base na expectativa de variação do valor de mercado dos ativos no curto prazo. A lógica especulativa instalou-se no comportamento dos agentes tanto no âmbito doméstico como no internacional. A extrema volatilidade dos preços contribuiu para generalizar a lógica especulativa, na qual a formação de expectativas se transforma em uma necessidade dos agentes para conduzir suas atividades. A nova forma de atuação das empresas transnacionais resultou em um aumento dos fluxos de investimentos estrangeiros diretos (IED), que muitas vezes se transformaram em fusões e aquisições de empresa que constituem operações de valorização da riqueza muito mais voláteis que um novo investimento no setor produtivo. Entre os anos 1980 e 1995, os fluxos de IED aumentaram duas vezes mais que a formação bruta de capital fixo (FBKF) ou que o Produto Interno Bruto (PIB) do conjunto de países do mundo³ (UNCTAD, 2010). Os investimentos de portfólio (compra/venda de ações e títulos de renda fixa) que caracterizam os fluxos de capital dos sistemas financeiros internacionais possuem natureza totalmente especulativa, guiados por ganhos de curto prazo. Os investidores institucionais tiveram grande influência para aumentar esse tipo de investimento, os quais foram ajudados por bancos e grandes empresas. Nesse sentido, os bancos interferiram, ao aumentar a securitização dos empréstimos no contexto da

3. É importante frisar que a distribuição desses investimentos não é equitativa para todas as regiões, sendo que o direcionamento dos mesmos responde às boas oportunidades de lucro de médio e longo prazos.

crise da dívida externa dos anos 1980, sendo essas instituições as principais responsáveis pelas transferências de recursos. Isso demonstra uma nova configuração que adota a intermediação financeira na qual predominam os ativos negociáveis tanto no passivo como no ativo dos bancos. O novo regime sustentado pela hegemonia do capital financeiro proporcionou profundas transformações na dinâmica dos mercados financeiros internacionais, o que alterou significativamente as relações entre setores privados (formas de arbitragem) e o setor público (bancos centrais), e ainda as relações entre países centrais e periféricos.

Com o triunfo da política econômica neoliberal na década de 1990, os “velhos” paradigmas do desenvolvimento baseados na industrialização por substituição de importações, com economia fechada, e com grande participação do Estado foram substituídos por um mecanismo de economia aberta e uma menor interferência do Estado, por meio de um maciço programa de privatização. Nesse bojo, a tese que nos guia é que, diante dessa nova financeirização, a esfera produtiva se acomoda, configurando uma nova forma de divisão internacional do trabalho com uma nova localização das grandes empresas, que dão uma dinâmica diferente à produção e à acumulação. As grandes empresas guiadas pela lógica da acumulação se deslocam para regiões ainda em desenvolvimento, como o Sudeste Asiático, ganhando escala, especialização e *gap* tecnológico. Nesse sentido, é importante analisar como se dá essa nova movimentação, que deixa a América Latina mais vulnerável e atrasada tecnologicamente.

Segundo informa o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010), no começo do século XXI essa região fez um “giro à esquerda” no âmbito ideológico e político. Os governos de esquerda que se instalaram fazem uma crítica acirrada das políticas neoliberais e iniciam uma mudança da política econômica, embora ainda sem conseguir alterar o arcabouço ortodoxo. Com a mudança do âmbito ideológico e político, voltam ao debate as ideias desenvolvimentistas com o que foi denominado “neodesenvolvimentismo”, e os governos passam a apoiar a integração regional, em oposição ao intervencionismo americano. Nesse período, a economia mundial vivenciou um ciclo expansivo que dura até 2008 – momento da crise americana –, fenômeno que repercute de forma positiva nos indicadores econômicos e sociais em todos os países da região. Há uma mudança da ordem mundial com o surgimento do novo centro dinâmico do sistema-mundo, a China. Dessa forma, o

Sudeste Asiático deixa de ser um fenômeno regional e passa a comandar a produção mundial, sob a liderança da China, que vem a ser considerada a “fábrica do mundo”. Esse país começa a estabelecer relações comerciais com a América Latina como grande fornecedor de minério, grãos e energia. Assim, observamos que na América Latina, apesar de a última década apresentar melhores indicadores econômicos e sociais, o que as “leis do mercado” fizeram foi especializar a região em um padrão de exportações de *commodities* para os países em desenvolvimento mais dinâmico. Parece que a dependência ainda não foi superada, pois voltamos, em certa medida, ao padrão de exportação tão criticado pelos autores cepalinos, o que torna o debate atual nos tempos de neoliberalismo. Nesse sentido, Osório (2004) refere-se a esse processo: “*un nuevo patrón de reproducción del capital, que en sus líneas generales puede caracterizarse como un nuevo modelo exportador*”. Reforçando a tese que nos guia, salientamos que os modelos de ajuste estrutural defendem que a abertura dos mercados seria condição suficiente para o acesso à competitividade que precisava a pauta exportadora da América Latina, por meio da incorporação do IDE e de novas tecnologias. As “leis do mercado” fizeram com que as economias se especializassem naquilo em que a região apresenta vantagens, como propala o arcabouço clássico. Nesse sentido, o contexto internacional favoreceu essa especialização devido a um grande aumento da demanda de *commodities*. Portanto, essa tendência do perfil do desenvolvimento atual da América Latina, que alguns autores sinalizam como processo de desindustrialização,⁴ tem como contrapartida a concentração da pauta exportadora em produtos de baixo valor agregado. Os críticos da visão clássica de especialização entendem que ela se torna um elemento fundamental tanto para o ritmo quanto para o alcance do processo de desenvolvimento, e questionam o momento em que o setor industrial deve come-

4. Segundo Rowthorn e Ramaswamy (1999), o conceito clássico de desindustrialização guarda analogia com a redução do emprego industrial no país ou região. Assim, considerando essa conceituação, os países desenvolvidos teriam passado por um processo de desindustrialização na década de 1970 e os da América Latina, na década de 1990. Segundo Singh (1987), desindustrialização consiste no declínio da produção ou do emprego industrial em termos absolutos ou como proporção do produto ou emprego nacional, o que é muitas vezes caracterizado como uma consequência normal do desenvolvimento econômico bem-sucedido em países avançados, estando relacionado com as melhorias do padrão de vida da sociedade (ROWTHORN; RAMASWAMY, 1999). Para Tregenna (2009), desindustrializar constitui uma situação na qual tanto o emprego industrial quanto o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente. Oreiro e Feijó (2010) salientam que a desindustrialização não está necessariamente relacionada à queda ou estagnação da produção do setor industrial, mas à perda de importância desse setor como fonte geradora de empregos e/ou de valor adicionado (MILANI, 2013).

çar sua especialização. Pode-se dizer que a partir da década de 1990 a região da América Latina vivencia um processo de mudança estrutural com o início de uma especialização da estrutura industrial em setores de pouco dinamismo, como os de *commodities*, fenômeno que se aprofunda nos anos 2000 com o crescimento da demanda da China.

A ideia defendida neste artigo é que a dependência nessa nova fase do capitalismo baseado no ideário neoliberal se apresenta na América Latina, embora em parte por meio da falta de políticas de desenvolvimento e industriais que limitam qualquer incorporação, absorção e aprendizado tecnológico. Ao concretizar-se esse fenômeno, as economias se especializam em atividades de baixo valor agregado: as *commodities*, que encontram no mercado internacional atual um cenário favorável.

Estabelecem-se, assim, relações “assimétricas” na forma de inserção no contexto mundial, porque a América Latina contribui com *commodities* na nova divisão internacional do trabalho e o Sudeste Asiático, com produtos de maior valor agregado e conhecimento tecnológico. Na verdade, hoje se apresenta uma fase diferente da dependência, na qual o centro dinâmico do capitalismo está mudando e com isso também muda a forma de inserção da América Latina. No entanto, essa nova forma se afasta do caminho do desenvolvimento, pois exporta bens de pouco valor agregado e importa tecnologia, o que acaba gerando um círculo vicioso que aprofunda cada vez mais a distância entre a periferia mais dinâmica e a fornecedora de matérias-primas. E, citando Frank ([1966] 1970), o que se tem é o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, ou seja, quanto mais cresce uma economia dependente, mais ela aprofunda a diferença que a separa dos países mais dinâmicos (MARIANI, 1992). Em outras palavras, defende-se que, apesar de caracterizar o novo regime de acumulação como sendo guiado pela esfera financeira, há um limite nos países dependentes como os da América Latina que se apresenta na esfera da produção e na estrutura econômica. Assim, como os autores supracitados argumentavam que o subdesenvolvimento gera subdesenvolvimento, a dependência nessa nova fase gera mais dependência, pois traz uma especialização regressiva e aprofunda o *gap* tecnológico com países mais dinâmicos, porém, ainda não avançados. Portanto, é pertinente estudar como se apresenta a forma de inserção internacional dessas duas regiões como decorrência do desenvolvimento do capitalismo mundial. Na próxima seção, essa temática será abordada.

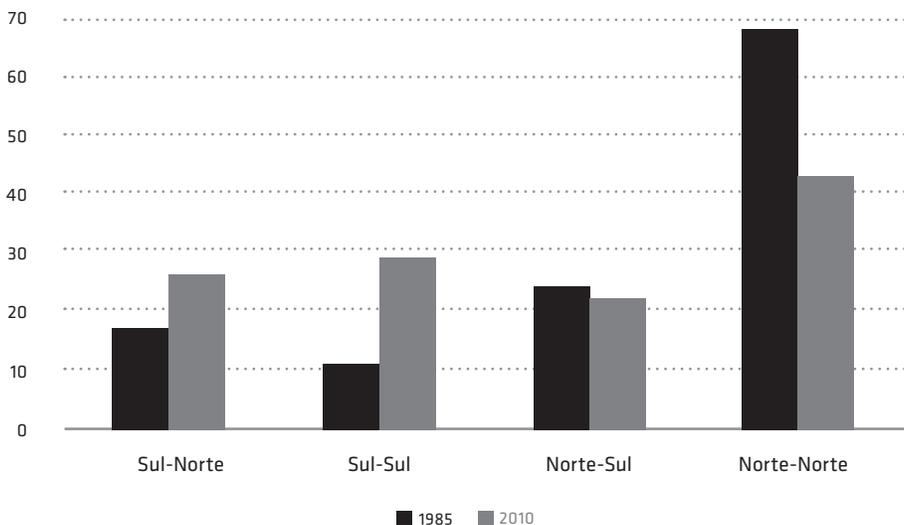
2. Nova fase do capitalismo: reorganização da ordem mundial na produção e nas finanças

A partir da década de 1970, o capitalismo apresenta uma crise no modo de produção e no regime de acumulação que vigoraram nos “anos dourados”, fazendo emergir um novo regime com predominância financeira (CHESNAIS, 2001). Esse novo período, denominado por muitos autores como globalização, pode ser caracterizado pelos seguintes fenômenos: aumento dos fluxos internacionais, expansão dos investimentos diretos estrangeiros (IED) e dos fluxos de comércio exterior. Dessa maneira, começa um processo de configuração do capitalismo mundial diferente do vivenciado anteriormente. Nesse sentido, o trabalho do Fundo Monetário Internacional – FMI (1997) salientou que as transformações dos mercados centrais se relacionavam com os seguintes fatores: a) o crescimento da poupança financeira e a diversificação de portfólio dos Investidores Institucionais; e b) as questões cíclicas, concernentes à queda do nível de atividades e de rendimentos nos países centrais a partir do início dos anos 1990. Essas transformações têm modificado a dinâmica mundial financeira que a partir da década de 1990 apresenta duas características: a) a incorporação ou reintegração dos países emergentes; e b) o aumento das crises financeiras (CARNEIRO, 1999). Os países receptores de fluxos de capitais, nessa configuração da globalização mundial, se tornam mercados atraentes por causa da reorientação da política econômica de longo prazo na direção da liberalização e de curto prazo, por meio da manutenção de rendimentos elevados, principalmente da taxa de juros. Diferentes analistas, entre eles Chesnais (1995), Coutinho e Belluzzo (1998), Belluzzo (1997) e Braga (1997), argumentam que a liberalização financeira deu origem a um tipo de capitalismo com menor dinamismo e maior instabilidade quando comparado ao sistema vigente no pós-guerra. Existia a ideia de que a periferia deveria se incorporar nos processos de globalização porque, assim, os mercados internos seriam fortalecidos. No entanto, tendo como base o modelo de ajuste estrutural, a América Latina insere-se no processo de globalização de forma diferenciada com relação à Ásia. Assim, a desregulamentação dos mercados, os derivativos, a volatilidade das taxas de juros e da taxa de câmbio têm limitado mais do que fortalecido os impactos das medidas de política econômica.

Analisando-se o processo de globalização na China, observa-se que esse país ingressa na globalização com a abertura dos mercados para os fluxos de capitais, mas

tem como pano de fundo fundamental da política um “Estado empreendedor”, que objetiva e prioriza o projeto de desenvolvimento econômico do país. Esse Estado transforma-se ao mesmo tempo em prestador de última instância (empréstimos bancários e dívidas corporativas) como também de primeira instância (formulador e financiador da política industrial, de inovação e infraestrutura). As finanças, nesse modelo, são a alavanca principal do desenvolvimento econômico e da transformação estrutural. Portanto, a China precisa de uma política monetária autônoma controlada pelo Banco Central e as instituições financeiras locais, por meio de uma regulamentação adequada ao objetivo principal do país. O sistema financeiro chinês expande-se; no entanto, ele sofre do constrangimento de se priorizar uma política monetária independente que daria suporte ao crédito local com atuação sobretudo no mercado interno. Ou seja, sua inserção internacional é “adaptativa” no sentido de que tenta conciliar condições externas e internas. Assim, Maswana (2008, p. 97) argumenta que o critério para avaliar a operacionalidade do desempenho do sistema financeiro chinês deveria ser a “eficiência adaptativa”, que é a capacidade de desenvolver instituições que possibilitem um ambiente favorável para a atividade econômica; e não a “eficiência alocativa”, como sugere a literatura de cunho mais convencional. Nesse sentido, como argumenta Macedo Cintra e Silva Filho (2015), o sistema financeiro chinês é uma instituição de serviço público ampliado que tende a subordinar os resultados financeiros às metas de desenvolvimento, privilegiando a preservação e a propulsão de todo o sistema socioeconômico. Na verdade, a economia chinesa está se incorporando ao processo de globalização de forma gradual, fundamentalmente porque essa entrada não seria neutra para uma economia com elevada taxa de investimento baseado em crédito com um sistema financeiro acompanhando essa política. A experiência internacional mostra que a liberalização e a desregulamentação financeira dos fluxos de capitais aumentam a volatilidade da taxa de câmbio e da taxa de juros e, por conseguinte, do produto, e limita as possibilidades de manobra da política interna. As experiências dos últimos vinte anos no capitalismo mundial mostram que economias emergentes e desenvolvidas tiveram aumento da incidência de crises financeiras e cambiais após a liberalização da conta de capital. Assim, a inserção no processo de globalização financeira se mostra diferente na América Latina e na China, fato que influencia de forma distinta a gestão das políticas de desenvolvimento.

Gráfico 1 | Distribuição mundial das exportações, 1985 e 2010
(Porcentagem do comércio mundial) (%)



Fonte: CEPAL, 2011.

Acompanhando essas mudanças, a indústria global se reestrutura, condicionada pelas estratégias de internacionalização e da gestão da cadeia de produção de valor das grandes empresas transnacionais, redirecionando os fluxos globais de produção de investimento e comércio exterior. Como mostra o gráfico 1, podemos observar que o comércio sofre modificações enquanto participação das relações nas regiões mundiais, sendo que a relação Sul-Sul é a que mais cresce. No entanto, esse crescimento não é homogêneo entre as regiões, pois enquanto o Sudeste Asiático se transforma em um grande exportador de industrializados, a América Latina se especializa em *commodities*, tema que será aprofundando na próxima seção.

Por outro lado, há uma maior intensidade do processo de internacionalização que pode ser observada pela evolução dos fluxos de comércio exterior e dos fluxos de IDE e pela crescente participação das Empresas Transnacionais (ETNs) nas estruturas globais de produção e de comércio. Os fluxos de IDE cresceram a taxas muito superiores às dos produtos globais, reflexo do imenso processo de internacionalização do processo de produção global (SARTI; LAPLANE, 2010).

Essa nova configuração da internacionalização deve ser analisada com maior profundidade porque existem transformações de caráter qualitativo relacionadas à reorganização dos oligopólios mundiais. Essas transformações estão associadas à adoção de estratégias bastante diferentes das utilizadas no período imediato de pós-guerra, que mostraram um intenso processo de deslocamento da atividade industrial para os países periféricos. Para entendermos os elementos que deram origem ao que denominamos de nova fase da dependência, devemos analisar as transformações ocorridas no cenário internacional e como as duas regiões objeto de estudo de nosso artigo se inserem nesse contexto. Assim, na subseção a seguir analisaremos sucintamente como foi o desenvolvimento da economia chinesa e da América Latina.

3. A ascensão da China e sua relação com a América Latina no começo do século XXI: inserção assimétrica

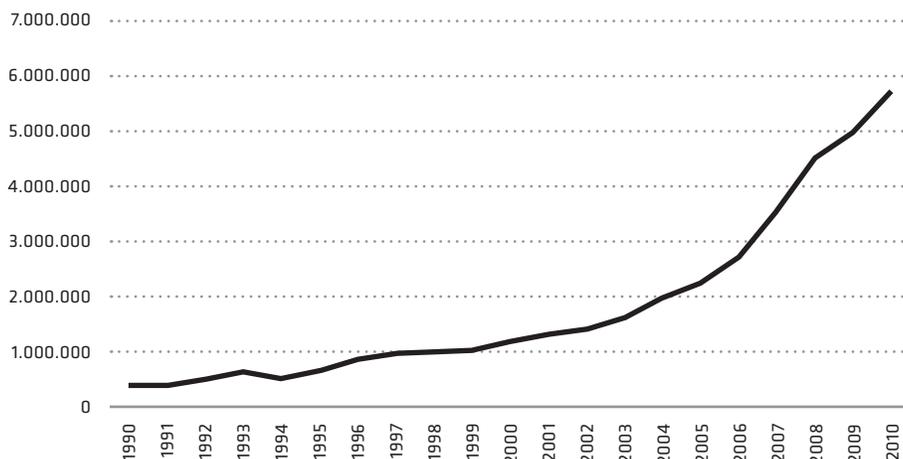
Em geral, ao observar o desenvolvimento da China no século passado, é comum os analistas identificarem dois períodos depois do pós-guerra: a) o primeiro, que vai de 1948-1979; e b) o segundo, de 1979 até os nossos dias. Como assinala Medeiros (2013), no período de pós-guerra houve um processo de industrialização⁵ constante que pode explicar as taxas de crescimento persistentes e contínuas. Segundo esse autor, no período seguinte houve uma mudança institucional que se reflete nas políticas até os nossos dias, sem deixar de desenvolver o processo de industrialização. Desde o final da década de 1980, a China vem ampliando seu poder econômico por meio de uma estratégia de desenvolvimento centrada na modernização da indústria. Como Pinto (2011) ressaltava, essa estratégia estava fundada em dois eixos: primeiro, a descentralização das decisões econômicas e, segundo, a adoção de modelos gerenciais e tecnologias do Ocidente. Esse processo esteve baseado em um planejamento específico de abertura ao mundo exterior. Dessa forma, foram configuradas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), que processavam exportações e se transformavam em espaços de aprendizado das novas

5. Nesse mesmo período, a América Latina experimentou o processo de substituição de importações que era a base dos modelos desenvolvimentistas da época.

técnicas e práticas econômicas do Ocidente. Em 1984, a China concretiza um novo processo de “abertura ao mundo exterior” com a autorização do que se denominou de “cidades abertas”, entre elas Xangai, que seriam receptoras de capital estrangeiro, transformando-se em Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDETs). No entanto, com essa política de abertura a China também implementa um sistema de barreiras tarifárias e não tarifárias. No final da década de 1980, depois de uma série de problemas políticos, greves e reivindicações sociais, foram realizadas mudanças no poder político, que fizeram com que Deng Xiaoping, em 1991 e 1992, concretizasse o que foi denominado Grande Compromisso, que garantiu um processo de reformas e abertura por um período de cem anos. Como Pinto (2011) frisava, o fio condutor desse documento era tornar a China uma nação rica e poderosa na metade do século XXI.

Esse país vem apresentando um alto e persistente crescimento econômico nas últimas décadas, com uma taxa média de crescimento do PIB de 9,8% ao ano entre 1980 e 2010 (CEPAL, 2012), como podemos ver no gráfico 2. Neste gráfico, ilustra-se o crescimento do PIB, que ganha uma tendência acelerada a partir de 2000, com uma taxa de crescimento do 9,2% em 2011, sendo que esse país se perfila como o principal “motor” do crescimento mundial.

Gráfico 2 | Evolução do PIB (USD)



Fonte: IMF, 2014.

Tabela 1 | Estrutura do PIB chinês

	1978	1995	2000	2006
Agricultura	33,7	23,2	15	12
Indústria	34,8	41,1	46	48
Serviços	31,5	35,7	39	40
PBI	100	100	100	100

Fonte: MEDEIROS, 2013.

No entanto, podemos observar, por meio da tabela 1, a mudança estrutural apresentada na composição do PIB, sendo a indústria o principal setor que ganha importância na última década, o que leva a um declínio da agricultura, com queda do emprego rural que repercute no emprego urbano (MEDEIROS, 2013).

Segundo dados da Cepal, a contribuição dos países industrializados ao crescimento mundial caiu praticamente pela metade na última década, passando de 55% em 2000 para pouco mais de 25% em 2010 (CEPAL, 2011). Os países em desenvolvimento explicam uma parte majoritária do crescimento da economia mundial. Nesse contexto, ganha especial destaque a contribuição dos países em desenvolvimento da Ásia, liderados pela China.

Os dados evidenciam também que os PEDs avançaram na participação da produção industrial mundial, mas esse fato não pode ser generalizado para todos eles. Estes apresentaram diferentes padrões e capacidade de inserção no sistema internacionalizado de produção e utilizaram estratégias de desenvolvimento diferentes ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000. Essas diferenças acabaram refletindo no desempenho e no padrão de inserção comercial e no próprio desenvolvimento industrial na década de 2000, como mostra a tabela 2. Observa-se nela que os países que mais contribuíram para o “global GDP” correspondem aos países asiáticos e a China. Assim, esse melhor desempenho dos PEDs foi um fenômeno asiático, pois os países da América Latina, na última década, perderam dinamismo no produto global e na indústria, setor fundamental para o desenvolvimento da região, como ilustra a tabela 3.

No caso da Argentina e do Brasil, observa-se uma redução da participação da indústria no PIB, partindo porém de um patamar muito inferior ao verificado no Chile. Esses países procuraram reestruturar suas atividades industriais por meio do mo-

Tabela 2 | Países industrializados e em desenvolvimento por grupos: contribuição para o crescimento do PIB mundial, 2008-2011

Países/Grupos	2008	2009	2010	2011
Países industrializados	0,12	-1,79	1,55	1,22
Países de regiões em desenvolvimento	2,74	1,27	3,36	3,18
África subsaariana	0,13	0,07	0,12	0,14
América Latina e Caribe	0,37	-0,15	0,50	0,40
Ásia em desenvolvimento	1,64	1,66	2,29	2,10
China	1,13	1,19	1,40	1,37

Fonte: CEPAL, 2011.

Tabela 3 | América Latina: taxas de crescimento anual do PIB, por tipo de atividade econômica

Item	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Agricultura	4,2	2,7	4,6	2,1	2,0	4,5	5,0	2,7	-3,7	6,3	1,4	0,0
Indústria Extrativa	2,1	-2,8	3,0	4,7	1,9	0,4	-0,4	0,3	-3,2	2,4	1,4	1,5
Indústria	-1,7	-0,6	1,6	7,2	3,3	4,1	4,2	1,8	-6,5	7,7	4,0	0,9
Eletricidade, gás e água	-1,8	2,1	3,1	7,5	4,9	6,1	4,4	3,0	1,5	6,5	5,0	3,5
Construção	-2,3	-0,8	-0,9	8,2	5,7	10,3	6,6	6,4	-2,8	3,5	4,9	4,6
Comércio	-0,4	-1,4	1,6	7,2	5,8	7,4	6,6	3,5	-5,7	9,2	7,1	3,7
Transporte e Comunicação	3,1	1,9	2,6	7,4	6,7	7,1	8,9	6,5	-0,4	7,1	5,2	5,5
Intermediação Financeira	2,9	2,7	2,2	4,5	4,9	5,9	6,8	5,7	1,9	4,8	4,7	4,1
Administração Pública	0,9	2,3	1,6	4,0	4,0	3,9	4,1	3,2	2,9	3,0	2,5	3,1
Serviços de Intermediação Financeira	-4,9	-10,7	-9,4	1,2	19,0	24,5	15,2	4,2	2,4	1,7	11,9	17,7
Impostos e subsídios	0,2	-2,5	1,0	8,2	6,2	7,4	8,6	6,7	-1,9	9,7	6,2	3,3
Produto Interno Bruto (PIB)	0,7	0,5	1,7	5,9	4,5	5,5	5,6	4,1	-1,5	5,9	4,4	3,1

Fonte: CEPAL, 2014

delo de ajuste estrutural.⁶ A década de 1990 foi marcada pela consolidação das ETNs como agentes dominantes em razão da redução tanto das empresas estatais quanto das empresas de capital nacional. A internacionalização ocorreu nessas economias por meio da maior penetração nos mercados desses países, via importações, e pela venda de empresas nacionais para estrangeiras, em vez da integração aos processos de produção internacionalizados.

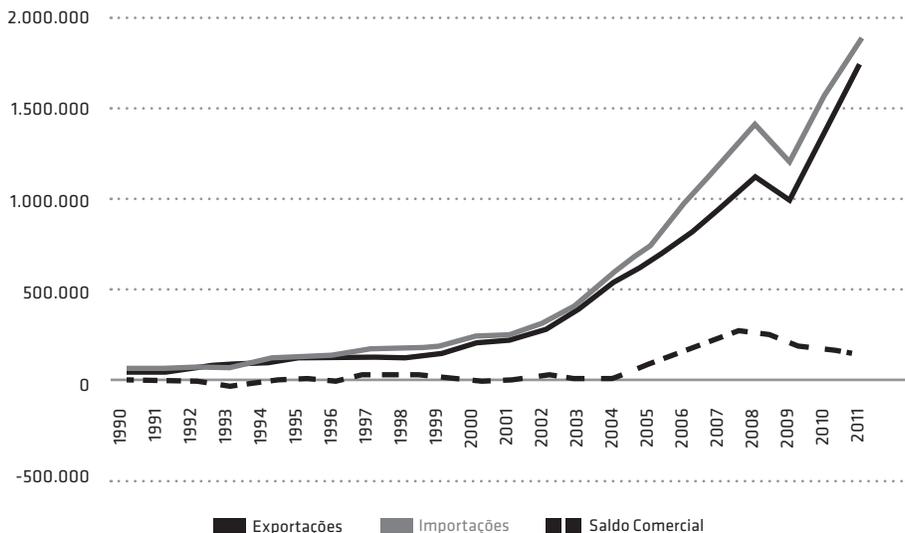
Na década de 1990, na China, o processo de “abertura para o exterior” se aprofundou por meio das exportações, mas complementado com políticas de desenvolvimento internas baseadas na elevação dos investimentos de infraestrutura e políticas industriais. No início do século XXI, a China começa um processo de liberalização mais agudo após sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), fenômeno que tem reflexos no aumento dos superávits do país. Em 2006, a China já participa do comércio mundial com 10% dos produtos manufaturados. Essa expansão externa, especialmente do comércio internacional, está relacionada com a criação das ZEEs nas áreas costeiras. O gráfico 3 apresenta essa transformação essencial, que mostra o crescimento tanto das exportações quanto das importações.

Como assinala Medeiros (2013), a fonte principal do dinamismo exportador chinês, a partir da década de 1990, e sua mudança de perfil para uma pauta exportadora com maior conteúdo tecnológico deveram-se a uma estratégia industrial específica. Essa estratégia esteve vinculada a uma maior integração, por meio do processamento de exportações, na cadeia produtiva liderada pelos produtores da indústria de tecnologia da informação e na cadeia liderada pelos consumidores da indústria leve de consumo. Em 2005, a participação da área de processamento de exportações⁷ – isto é, nas áreas em que as importações são realizadas para exportações com tratamento tarifário favorável – nas exportações totais era de 55% (MEDEIROS, 2013). A China transformou rapidamente sua pauta exportadora, evoluindo de um perfil concentrado em vestuários, brinquedos e calçados para se afirmar como grande exportador de máquinas e produtos eletrônicos (FEENSTRA, 2009). A China se diferencia de outros PEDs

6. Esses modelos, inspirados no ideário liberal que na cartilha do Consenso de Washington, estavam sustentados em medidas de liberalização comercial e financeira, desregulamentação, austeridade fiscal e novo papel do Estado na economia.

7. A codificação, a modularização de processos produtivos particularmente significativos na indústria eletrônica, permitiu o deslocamento para a China de atividades de montagem de processos produtivos com elevada importação de componentes e produtos intermediários (MEDEIROS, 2013).

Gráfico 3 | China: exportações, importações e saldo comercial (USD)



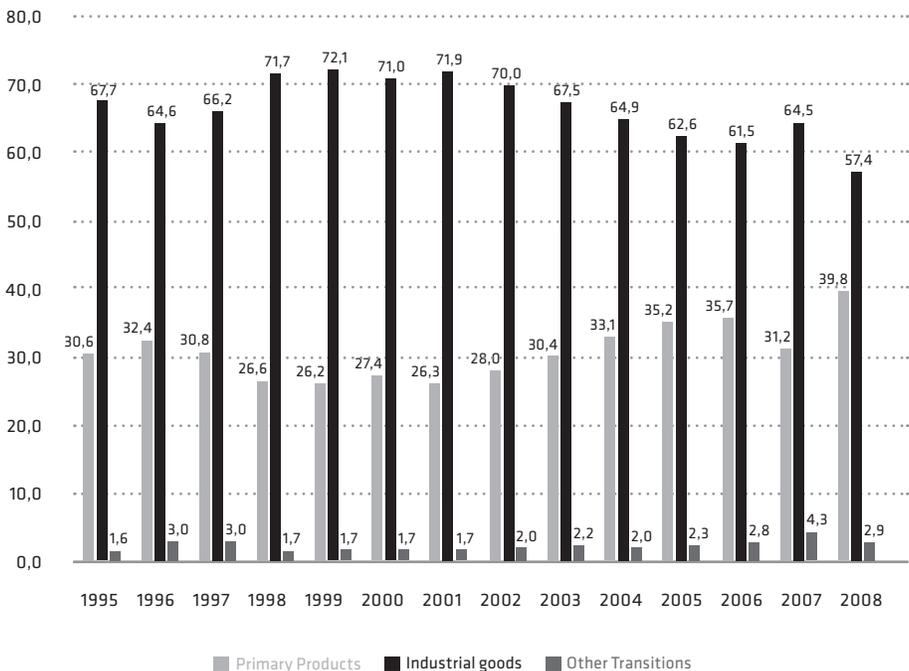
Fonte: FMI, 2014.

no esforço de capacitação tecnológica, o qual tem um impacto sobre as exportações não processadas e sobre a substituição de importações. As ZTEs, que ao todo somam 53, foram de grande importância para favorecer o desenvolvimento de atividades tecnológicas, sob a direção e coordenação do Ministério de Ciência e Tecnologia (WANG; HONG, 2009). Essa política de desenvolvimento teve como objetivo a busca de uma maior autonomia tecnológica, fenômeno que traz uma forma de inserção diferente em relação à América Latina. Observa-se também que as cadeias de produção asiáticas foram influenciadas positivamente pelo crescimento da China, que consegue disseminar para os outros países da região a fragmentação das distintas etapas da produção. Assim, cada país se especializa em uma parte da cadeia na qual tem vantagem comparativa. Na última década, a China se transformou no centro da cadeia produtiva asiática, sendo atualmente o principal mercado regional para bens intermediários. Segundo informe da Cepal (2012), o conteúdo importado das exportações chinesas em 2008 era de 37%, alcançando um nível de 56% para os produtos fabricados nas ZTEs.

Nesse mesmo período, a América Latina implementa modelos de desenvolvimento de ajuste estrutural que consideram a abertura da economia, tanto comercial como

financeira, e a saída do Estado, priorizando-se as políticas econômicas pró-mercado. Assim, observa-se uma desintegração da indústria e um aumento do conteúdo importado, especialmente nos segmentos mais dinâmicos do comércio. Como resultado, obteve-se uma concentração da pauta exportadora em produtos intensivos em recursos naturais. No gráfico 4, podemos observar a mudança na composição das exportações para o mundo no começo do século. Assim, os bens industriais caem quase 13 pontos desde o início da década, sendo que os bens primários aumentam sua participação em aproximadamente dez pontos. Nesse sentido, a América Latina ao deixar a condução da economia “ao mercado”, insere-se no contexto internacional com uma relação que pode ser caracterizada como assimétrica com a China, sendo que se firma como grande fornecedor de commodities para esse país.

Gráfico 4 | América Latina: composição das exportações por categoria econômica (% do total de exportações)



Fonte: CEPAL, 2011.

Entre os anos 1990 e 2011, a China se transformou em um dos principais consumidores mundiais de diferentes produtos primários, tanto agrícolas quanto minerais e combustíveis. Como ilustra a tabela 4, o consumo desses produtos vem aumentando na China, com aumento de mercado para os países latino-americanos. Em 2011, a China se transformou no principal consumidor mundial de trigo, soja, arroz e carne, e o segundo em milho.

Tabela 4 | China: participação na produção e importações mundiais de produtos agrícolas selecionados

	Porcentagem da produção mundial			Porcentagens das importações mundiais		
	1990	2000	2011	1990	2000	2011
Trigo	16,7	17,1	17,7	13,2	2,0	1,4
Milho	20,1	17,9	19,7	7,5	6,0	4,2
Soja	10,2	9,6	5,7	7,7	26,2	44,5
Arroz	37,0	31,7	30,6	4,4	3,0	3,4
Carne de porco	34,4	45,4	44,0	3,3	6,6	5,2
Produtos lácteos	1,3	2,1	5,9	2,2	2,8	2,6

Fonte: CEPAL, 2012.

No período de 2005 a 2011, o crescimento das exportações da China para a América Latina e Caribe e as importações desta última região superaram significativamente o total de exportações e importações. Dessa forma, a participação da América Latina e do Caribe tem aumentado, representando, em 2011, 6% das exportações chinesas e 7% das importações (tabela 5). Quer dizer, a relação comercial está ganhando importância, embora ainda esteja com níveis reduzidos. Cabe salientar que, apesar de sua crescente importância no comércio mundial, a China ainda mantém uma relação de intercâmbio moderada, sendo que esse fenômeno pode representar desafios e oportunidades a serem exploradas pela região.

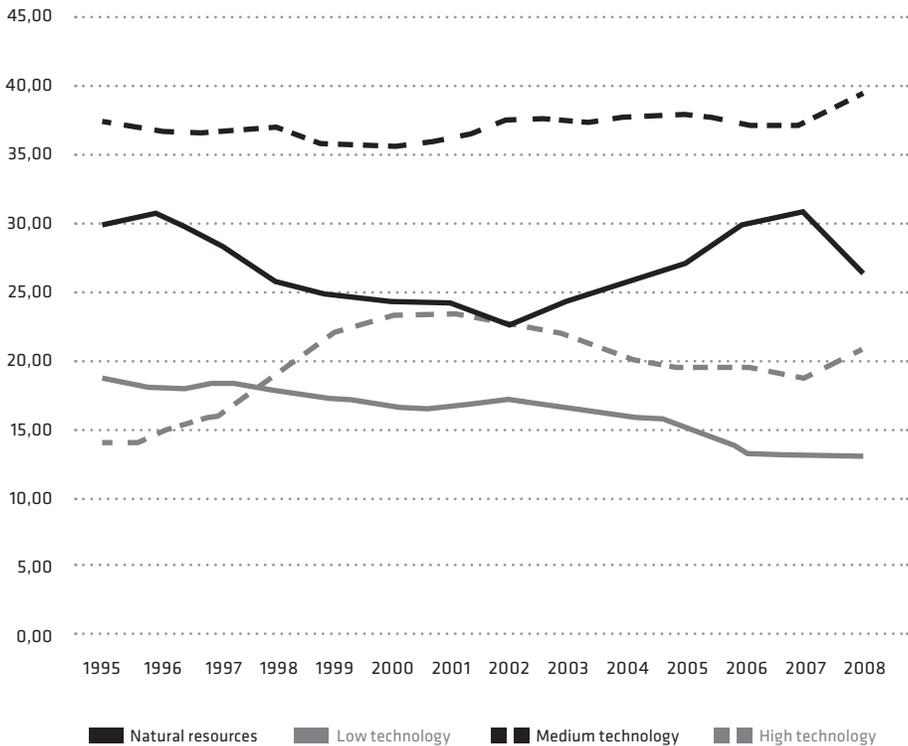
Tabela 5 | China: taxa de crescimento médio anual do comércio, por principais sócios regionais, 1990-2011 (%)

Exportações				
	1990-1995	1995-2000	2000-2005	2005-2010
América Latina e Caribe	32,2	17,8	26,8	31,6
Ásia-Pacífico	26,5	9,3	30,3	15,3
Estados Unidos	37,7	16,1	25,6	12,2
União Europeia	26,3	15,0	28,8	16,1
Resto do Mundo	8,6	7,1	26,6	18,0
Mundo	19,1	10,9	25,0	20,0
Importações				
América Latina e Caribe	14,5	12,7	37,6	28,2
Ásia-Pacífico	32,4	12,2	23,9	15,4
Estados Unidos	19,7	6,8	16,8	16,7
União Europeia	18,2	7,6	18,8	19,1
Resto do Mundo	11,2	13,4	26,8	18,1
Mundo	19,9	11,3	24,0	21,4

Fonte: CEPAL, 2012.

Entretanto, se analisarmos as exportações de bens industrializados seguindo a classificação da ONU de intensidade tecnológica, observaremos que se apresentam modificações, como mostra o gráfico 5. Assim, as exportações de alta tecnologia reduzem sua participação no total de bens industrializados exportados, sendo que as de recursos naturais aumentam. Essa especialização é reforçada pela introdução de IDE, que se concentra nos setores de serviços, sustentando o processo de privatizações iniciado na década de 1990. Se comparada com a política chinesa de atração de transnacionais, é bem diferente, pois a China prioriza o modelo de *joint venture* com empresas nacionais, porque dessa forma favorece o aumento do processo de acumulação de capital e sustenta o esforço da capacitação tecnológica.

Gráfico 5 | América Latina: exportações industriais segundo a intensidade tecnológica (%)



Fonte: CEPAL, 2014.

Segundo a classificação da UNCTAD (2003), a China pode ser identificada como um país de industrialização rápida, que presencia uma transformação estrutural de sua base produtiva em direção a setores de maior produtividade relativa. Já a América Latina compõe a periferia capitalista em processo de desindustrialização. Assim, a perda de participação da produção industrial não se deu em virtude da transformação da estrutura produtiva, mas sim da redução da base industrial nas últimas décadas, guiadas pelas políticas “pró-mercado”. Pode-se dizer que as diferenças entre as duas regiões se relacionam à concepção de inserção externa e ao desenvolvimento industrial implementados nas regiões. Assim, na China se priorizou o desenvolvimento de capacidades domésticas em atividades de alta tecnologia e de atração de empresas pa-

ra se tornarem plataformas de exportação nesses segmentos (BARBOSA, 2011). Dessa forma, a China consegue misturar duas opções de desenvolvimento, o que foi possível graças à magnitude de seu mercado interno e pelo planejamento estatal.

Assim, dentro dos PEDs encontramos formas de inserção diferentes que se relacionam aos modelos de desenvolvimento adotados nos últimos vinte anos. Fundamentalmente, as estratégias de desenvolvimento industrial e a extensão das políticas de apoio à indústria foram bem diferentes na América Latina e nos países do Leste Asiático, assim como também na China. Vários autores, entre eles Lall (2004), salientam que as estratégias de atuação das grandes corporações e a sua reorganização global aparecem como elementos fundamentais para interpretar o processo de crescimento e a diversificação da produção e do comércio exterior dos países, em especial dos PEDs.

Também se observa um desempenho assimétrico quando se compara a evolução da composição das exportações do Leste Asiático e da América Latina. Assim, os países do Leste Asiático, que eram responsáveis por 3,2% de toda a produção mundial de setores de meia e alta intensidade em 1980, passaram para 13,6%, com destaque da produção mundial de maior intensidade tecnológica para a China, que participa com 7%. Já a América Latina que apresentava, em 1980, uma participação maior — 5% de toda a produção mundial —, fica restrita a 4,2% em 1990, patamar mantido nos anos 2000 (CEPAL, 2012).

Por outro lado, ao observarmos a relação comercial entre as duas regiões, podemos identificar que as exportações dos países latino-americanos para a China têm uma distribuição desigual. No entanto, quase todos os países já têm a China como principal fornecedor de produtos importados (tabela 6).

Esse fenômeno a princípio não deveria ser considerado algo negativo. Mas, se o relacionamos ao padrão de comércio atual tendo a China com um comércio de maior complexidade tecnológica e a América Latina se especializando em *commodities*, pode ser assemelhado ao que defendemos neste artigo com relação à nova fase da dependência. Além disso, a adoção de políticas neoliberais com abertura de mercado e saída do Estado experimentada pela América Latina limita qualquer saída da região para o caminho do desenvolvimento. Apesar de alguns países terem se beneficiado com a “loteria das *commodities*” (GONZALEZ, 2008), como é o caso do Chile, do Brasil e da Argentina, o setor industrial sofre com os percalços

Tabela 6 | Países de América Latina: lugar ocupado pela China como parceira comercial

Países	Exportações		Importações	
	2000	2011	2000	2011
Argentina	6	2	4	2
Bolívia	18	8	7	3
Brasil	12	1	11	2
Chile	5	1	4	2
Colômbia	36	4	9	2
Costa Rica	30	13	15	2
México	19	3	7	2
Panamá	31	31	25	1
Peru	4	1	9	2
Uruguai	4	2	7	3
Venezuela	35	2	18	2

Fonte: CEPAL, 2013.

da abertura indiscriminada. A ascensão da China no cenário internacional traz como impacto para a América Latina uma profunda especialização produtiva, que pode ser remetida ao que a Cepal denominou relação centro-periferia. Nesse contexto, a especialização produtiva pode ter característica “regressiva” no sentido de que é incapaz de gerar modificações estruturais e aumento da produtividade, pois, à medida que vai se produzindo, a região se afasta da fronteira tecnológica internacional, questionando as possibilidades de reinserção com uma estrutura agregadora de valor e mais competitiva.

Dessa maneira, mostramos que, na atualidade, a nova fase da dependência se apresenta nessa forma de inserção assimétrica que se retroalimenta fazendo com que as modificações estruturais necessárias para o desenvolvimento não aconteçam, pois se transformam em limites mais do que em caminhos para a sua obtenção.

Considerações finais

Nos últimos vinte anos, foi possível observar o aumento das relações comerciais e produtivas entre América Latina e China, momento no qual se configuram grandes transformações em nível internacional. Apresenta-se uma nova divisão internacional do trabalho trazida pela ascensão da China, a qual nos convida a repensar as estratégias do desenvolvimento e a forma de inserção que a América Latina vem experimentando.

Ainda que não se chegue a conclusões definitivas, pois o debate sobre os impactos e as consequências da mudança da ordem internacional se mostra incipiente, o modelo de desenvolvimento que se apresenta para a América Latina é complexo. Atualmente, essa região parece longe de superar as questões que levaram ao surgimento da teoria da dependência, sendo esta teoria crítica dos modelos de desenvolvimento implementados naquela época e que nos dias de hoje devem ser revisitadas e reformuladas. Nessa perspectiva, essa nova configuração internacional na qual a América Latina se insere de forma assimétrica no comércio global, se comparada com a China, define uma nova fase da dependência que pode ser relacionada aos modelos de desenvolvimento distintos aplicados em ambas as regiões.

Assim, ilustramos que a América Latina experimentou, na sua inserção internacional, uma especialização no comércio em *commodities* que pode ser caracterizada como regressiva, sendo possível relacioná-la ao que a Cepal denominava relação centro-preferia. A dependência hoje não mudou tanto quanto seus autores seminais esperavam, mas ganha novos elementos no debate sem perder de foco seu cerne, que seria a impossibilidade de se gerar modificações estruturais que encaminhem a região para a superação do atraso tecnológico. Nesse sentido, a especialização em *commodities* que se apresenta com base na implementação das políticas pró-mercado na América Latina afastam a região do caminho do desenvolvimento, pois impossibilita a modificação da estrutura produtiva, experimentando a perda do dinamismo da indústria, setor fundamental do desenvolvimento.

Nesse sentido, algumas indagações são necessárias para entender o atual momento histórico da dependência – tese defendida neste artigo –, como: se as relações assimétricas entre a América Latina e a China se aprofundam, este fenômeno não levaria a uma maior rigidez estrutural na primeira região? E qual seria o papel do Estado diante desse cenário?

Como podemos mostrar, a ascensão da China gera uma divisão internacional do trabalho que levanta questionamentos aos modelos de inserção internacional da era neoliberal na América Latina. Assim, não podemos considerar que essa nova divisão internacional do trabalho é imposta pela China, porque seria desconsiderar as dificuldades dos países latino-americanos em obter uma inserção mais dinâmica. Grande parte dos problemas enfrentados pela região se deve à falta de uma política industrial e tecnológica, fenômeno que nos remete às teses cepalinas sobre as dificuldades de absorção do progresso técnico. Essa teoria e sua crítica nesse cenário de inserção assimétrica mostram a vigência e a falta de superação das mesmas.

Nesse sentido, podemos ilustrar como a relação assimétrica na forma de inserção entre as regiões em estudo é, embora em parte, reflexo da falta de uma política industrial. Entretanto, não se trata de não responder a esse grande estímulo da demanda chinesa que hoje se apresenta como a fonte do crescimento. Pelo contrário, tratar de aproveitar esse contexto de uma forma engenhosa para traçar uma nova direção na senda do desenvolvimento poderia ser um caminho. Por esse motivo, é necessário buscar as causas concretas do processo de desindustrialização, como também das dificuldades de absorção do progresso técnico, e compará-lo com a tendência esperada da mudança estrutural. Devem ser encontrados os fatores e condicionantes que afastaram a região do caminho de uma pauta exportadora mais dinâmica. Por outro lado, a política de desenvolvimento não deveria abrir mão do que foi uma característica dentro da região, haja vista a diversificação industrial e a integração das cadeias produtivas. Ou seja, essa nova fase da dependência nos leva a questionar e rediscutir a agenda de desenvolvimento da região com maior participação do Estado e com uma maior clareza dos objetivos a serem atingidos por todos. Nas palavras do economista argentino Aldo Ferrer (2007), *“la globalización no ha modificado la naturaleza del proceso de desarrollo que continua estando basada en la capacidad de cada Estado de crear y difundir progreso técnico, así como la incorporación de los frutos del progreso técnico en la sociedad”*. Assim, as teorias da dependência nos parecem muito importantes para serem esquecidas. É o momento de revitalizar a discussão e de realizar o esforço teórico de revisitá-la.

Referências

- ALMEIDA, J. E. *Subdesenvolvimento e dependência: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso*. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2009.
- BARBOSA, A. F. China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. In: LEÃO, R. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. *A China na nova configuração global*. Impactos políticos e econômicos. Brasília: Ipea, 2011.
- BELLUZZO, L. G. Dinheiro e as transfigurações da riqueza. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Orgs.). *Poder e dinheiro*. Uma economia política da globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BRAGA, J. C. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. in: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CARNEIRO, R. Globalização financeira e inserção periférica. *Revista Economia e Sociedade*. Campinas, n. 13, p. 57-92, dez. 1999.
- _____. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Unicamp, Instituto de Economia; Unesp, 2002.
- CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim de século. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, n. 5, p. 1-30, 1995.
- _____. “Nova economia”: uma conjuntura específica da potência hegemônica no contexto da mundialização do capital. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, n. 9, p. 53-85, dez. 2001.
- CINTRA, M. A. M.; SILVA FILHO, E. B. O sistema financeiro chinês: a grande muralha. In: CINTRA, M. A. M.; SILVA FILHO, E. B.; PINTO, E. C. (Orgs.) *China em transformação*. Dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2015, p. 425-490.
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). *Latin America and the Caribbean in the World Economy 2010-2011*. The region in the decade of the emerging economies. Santiago do Chile: CEPAL, 2011.
- _____. *La República Popular China y América Latina y el Caribe*. Diálogo y cooperación ante los nuevos desafíos de la economía global. Santiago do Chile: CEPAL 2012.
- _____. *Anuário Estadístico*. Disponível em: <www.eclac.cl>. Acesso em: abr. 2014.
- COUTINHO, L.; BELLUZZO, L. G. Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 7, 1996.
- FEENSTRA, R. C. Introduction to China’s growing role in world trade. Working Paper 14716, *National Bureau of Economic Research*, 2009.

- FERRER, A. Globalización, desarrollo y densidad nacional. In: VIDAL, G.; GUILLÉN R. A. (Orgs.). *Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización*. Homenaje a Celso Furtado. Buenos Aires: CLACSO, 2007, p. 431-437.
- FRANK, A. G. (1966) The development of underdevelopment. In: RHODES. *Imperialism and underdevelopment: a reader*. Nova York : Monthly Review Press, 1970.
- _____. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- FURTADO, C. (1967) *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (Coleção Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- GONZALEZ, F. Latin America in the economic equation - Winners and Losers: what can losers do? In: RIORDAN, R.; PAZ, G. (Orgs.). *China's Expansion into the Western Hemisphere*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 11 jun. 2008, p. 151-157.
- IPEA (Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada). *Inserção internacional brasileira: temas de política externa*, vol. 1 (3), cap. 3. Brasília: 2010.
- LALL, S. *Reinventing industry strategy: the role of government policy in building industrial competitiveness*. UNCTAD/G-24. Documentos para discussão, série 28, abr. 2004.
- MARINI, R. M. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.
- _____. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. (1969) *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012.
- MASWANA, Jean-Claude. China's financial development and economic growth: exploring the contradictions. *International Research Journal of Finance and Economics*, v. 19, p. 89-101, 2008.
- MEDEIROS, C. A. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). *Padrões de desenvolvimento (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia*. Brasília: CGEE, 2013.
- MILANI, A. M. R. Cuestións para pensar o desenvolvimento no Brasil: especialización regresiva e tarifa exportadora no período 2003-2010. *Revista Galega de Economía*, Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela, España, vol. 22, n. 2, dez. 2013.
- OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 30 n. 2, abr.-jun. 2010.
- OSORIO, J. *Crítica de la economía vulgar*. Reproducción del capital y dependencia. México: Grupo Editorial Miguel Ángel Porrúa, jul. 2004.
- PINTO, E. C. O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras. In: LEÃO, R. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. (Orgs.). *A China na nova configuração global*. Impactos políticos e econômicos. Brasília: Ipea, 2011.

- ROWTHORN, R.; RAMASWANY, R. *Growth, trade and eeindustrialization*. IMF Staff Papers, vol. 46, n. 1, 1999.
- SANTOS, T. *Dependencia y cambio social*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.
- SARTI, F.; LAPLANE, M. Indústria mundial: mudanças e tendências recentes. *Texto para discussão*. Unicamp, n. 186, dez. 2010.
- SINGH, A. Manufacturing and de-industrialization. In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (Orgs.). *The New Palgrave: A Dictionary of Economics*. Londres: The Macmillan Press, 1987.
- TORIJA-ZANE, E. *Desarrollo industrial y política macroeconómica de los dragones asiáticos: 1950–2010*. Santiago de Chile: CEPAL, 2012.
- TREGENNA, F. employment Characterizing and deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing, employment and output internationally. *Cambridge in Journal of Economics*, Vol. 33, 2009.
- UNCTAD. *Word Investment Report: transnational corporations, agricultural production and development*. Nova York, Genebra, 2003.
- _____. *Word Investment Report: Investing in a low-carbon economy*. Nova York, 2010.
- WANG, H.; HONG, Y. China: Technology development and management in the context of economic reform and opening. *Journal of Technology Management in China*, vol. 4, n. 1, 2009.

Recebido em 28/4/2016
e aceito em 10/5/2017.